



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Responsabilidade compartilhada e cooperação na gestão integrada

Levantamento na Política Nacional de Resíduos Sólidos



Carlos Eduardo Lustosa da Costa

Sumário



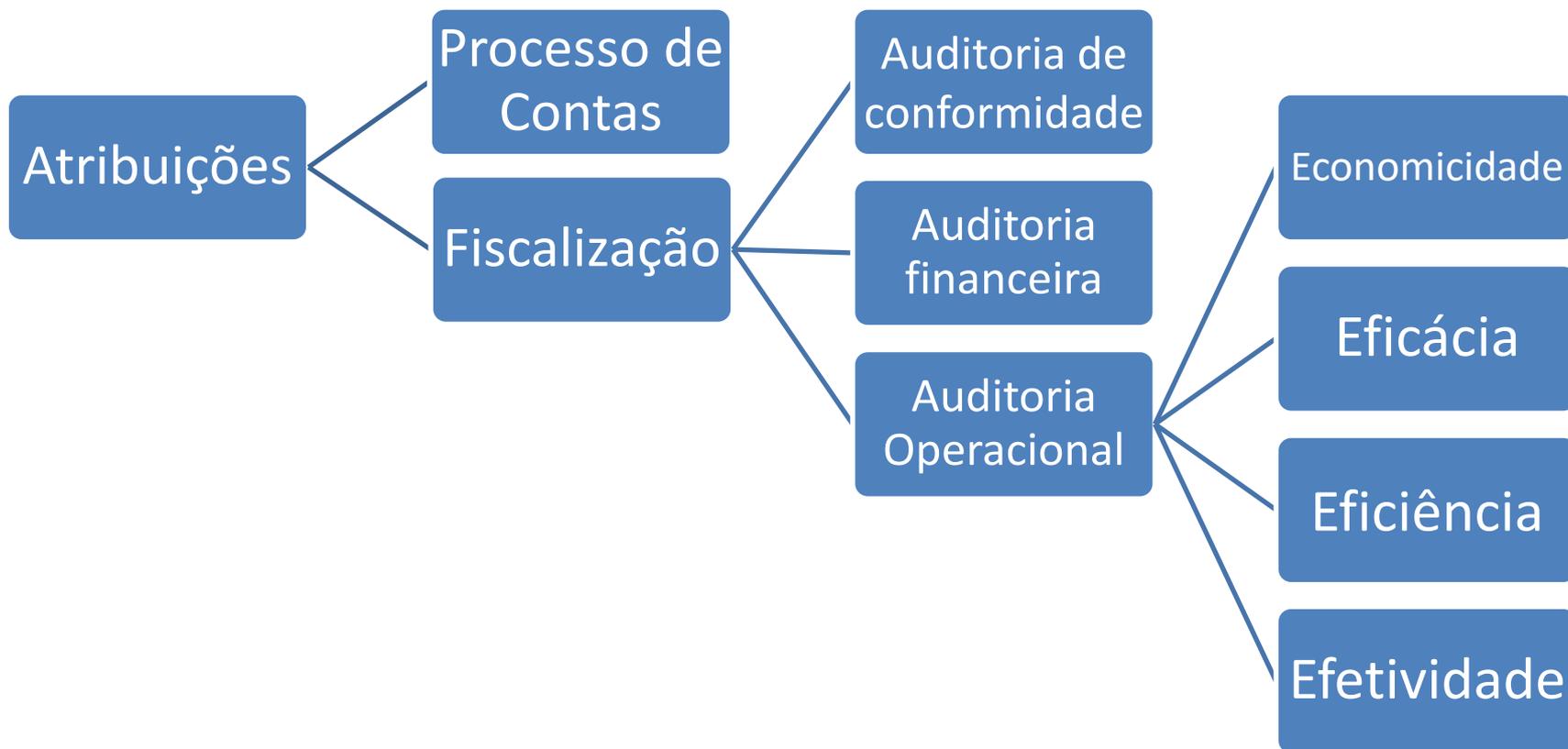
- Organização interna e processos de trabalho
- Contexto e objetivo do levantamento
- Governança pública
- Riscos identificados
- Conclusões

Organização interna



- Secretarias de controle externo especializadas em diferentes temáticas:
 - SecexAmbiental, SecexEducação, SecexSaúde etc
- Temas ambientais já avaliados:
 - Unidades de conservação, licitações sustentáveis, licenciamento ambiental, mudanças climáticas

Processos de trabalho



Histórico de atuação do TCU no tema



- Avaliação da Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes
- Acórdão 2067/2008-Plenário
- Três monitoramentos (141/2011, 2697/2011 e 813/2016)

Levantamento



- Conhecer a organização e o funcionamento de órgãos/entidades da administração pública federal
- Identificar carências de atuação do TCU em relação a algum tema ou potenciais áreas de fiscalização
- Levantamento realizado na PNRS
- Acórdão 2512/2016

Contexto e Objetivo do trabalho

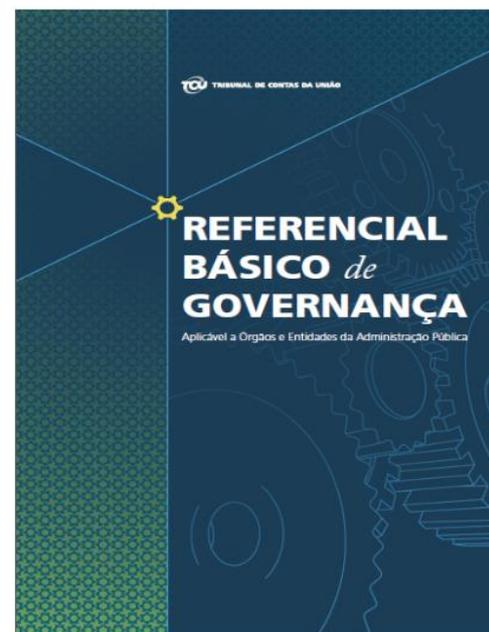
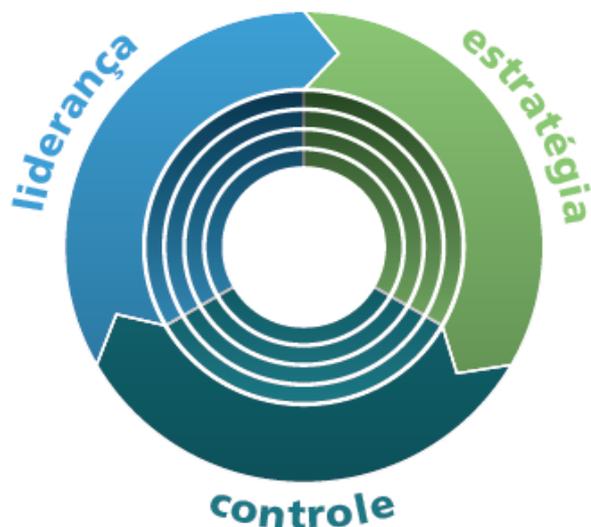


- **Contexto:** Auditoria coordenada internacional com 11 países da América Latina
- **Objetivo:** Analisar a forma pela qual a Política Nacional de Resíduos Sólidos está institucionalizada e normatizada, tendo como base aspectos da **governança**

Governança Pública



Mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão pública



Componentes para Avaliação de Governança



Governança Pública



www.tcu.gov.br/governanca

Riscos identificados



- **Risco 1:** Ausência de prioridades, metas e objetivos definidos
- **Risco 2:** Ausência de participação de atores importantes no processo decisório
- **Risco 3:** Deficiências nas ações de fomento e divulgação da política pública
- **Risco 4:** Fragilidades no monitoramento e transparência (*Accountability*)
- **Risco 5:** Falha na institucionalização da política pública



Risco 1: Ausência de prioridades, metas e objetivos definidos

Não foi aprovado o Plano Nacional de Resíduos Sólidos

- **Efeitos negativos:** ausência de diagnóstico nacional com indicadores e metas, desestímulo aos estados e municípios
- **Causa:** Conselho Nacional de Política Agrícola CNPA não deliberou sobre a minuta do plano
- **Deliberação do TCU:** plano de ação conjunto MMA e MAPA

Risco 2: Ausência de participação de atores importantes no processo decisório



Estados, Municípios e sociedade civil não têm participação no Comitê Interministerial e no Comitê Orientador para a Implantação da Logística Reversa

- **Efeitos negativos:** assimetria de informações, tomada de decisões uniformes e incompatíveis com as realidades locais
- **Causa:** Ausência normativa
- **Deliberação do TCU:** ciência ao MMA, Casa Civil e Comissões Legislativas

Risco 3: Deficiências nas ações de fomento e divulgação da política pública



Problemas de divulgação dificultam uma visão sistêmica da PNRS

- **Efeitos negativos:** foco dos prefeitos no encerramento dos lixões, apenas nove Estados da federação possuem planos estaduais e apenas 2.325 dos 5.568 Municípios
- **Causa:** governo federal não possui uma estratégia de comunicação coordenada e abrangente
- **Deliberação do TCU:** ciência ao MMA, Casa Civil e Comissões Legislativas

Risco 4: Fragilidades no monitoramento e transparência



Não implantação do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – SINIR

- **Efeitos negativos:** dificuldades “de monitoramento da Política Nacional, quanto à apuração de resultados, avanços, desafios e fragilidades
- **Deliberação do TCU:** determinar ao MMA que encaminhe Plano de Ação para implantação do SINIR, com definição de prazos, atividades e responsáveis

Risco 4: Fragilidades no monitoramento e transparência



Estados e Municípios enfrentam problemas para disposição ambientalmente adequada de resíduos e encerramento dos lixões

- **Efeitos negativos:** 60% dos Municípios dispõem de forma incorreta seus resíduos sólidos
- **Causa:** deficiências de planejamento e baixa capacidade técnica, financeira e operacional dos entes federativos
- **Deliberação do TCU:** realizar auditoria operacional

Risco 5: Falha na institucionalização da política pública



A responsabilidade compartilhada não delimita os responsáveis pelas etapas do ciclo de vida do produto

- **Efeitos negativos:** conflitos na elaboração dos acordos setoriais, interesses divergentes
- **Causa:** Fragilidade normativa
- **Deliberação do TCU:** ciência ao MMA, Casa Civil e Comissões Legislativas

Principal conclusão



- Baixa implementação da PNRS
 - Fragilidades no planejamento, na avaliação, na fiscalização, na transparência e no monitoramento



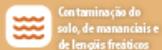
LEVANTAMENTO DE AUDITORIA RESÍDUOS SÓLIDOS



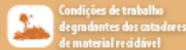
CONTEXTO



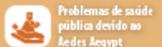
Destinação/Disposição Inadequadas



Contaminação do solo, de mananciais e de lençóis freáticos



Condições de trabalho degradantes dos operadores de material reciclável



Problemas de saúde pública devido ao Aedes Aegypti



Aumento das emissões de gases de efeito estufa

OBJETIVOS DO LEVANTAMENTO



Análise da institucionalização e da normatização da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Principais temas abordados

Disposição final ambientalmente adequada

Logística reversa

Responsabilidade compartilhada

Planos de gestão de resíduos sólidos

RESULTADOS ENCONTRADOS



Aprovação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos



Não implantação do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR)

Baixa implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos em função de fragilidades no planejamento, na avaliação, na fiscalização, na transparência e no monitoramento das ações governamentais



Fragilidades de estados e municípios para disposição adequada de resíduos e o cumprimento dos lixões



Falta de participação dos estados, municípios, iniciativa privada e sociedade civil nos trabalhos do PARS

Dados levantados



27 estados da federação

apenas **nove** possuem Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos



5.568 municípios

apenas **2.325** possuem Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos



5.568 municípios

apenas **2.255** dispõem corretamente seus rejeitos em aterros sanitários

PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES DO TCU

- ✓ Determinar ao MMA e ao MAPA que atualizem e aprovem o Plano Nacional de Resíduos Sólidos
- ✓ Determinar ao MMA que implante o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos
- ✓ Autorizar a realização de auditoria operacional para avaliar a disposição correta dos rejeitos e o encerramento dos lixões

Acórdão nº 2512/2016 - TCU - Plenário
Processo nº TC 023.678/2015-1
Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
www.tcu.gov.br



www.eufiscalizo.gov.br



ODS



ODS e Resíduos Sólidos



Objetivo 12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Meta 12.5: Reduzir até 2030 substancialmente a geração de resíduos através de prevenção, redução, reciclagem e reuso



OBRIGADO!

carloslustosa@tcu.gov.br

(61) 3316-5066

A árvore de problemas é uma técnica que facilita a identificação e a organização das causas e das consequências, ou efeitos, de um problema central – neste caso, a baixa implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Entendem-se por efeitos os eventos que podem vir a acontecer ou que já estão ocorrendo, decorrentes do problema central.

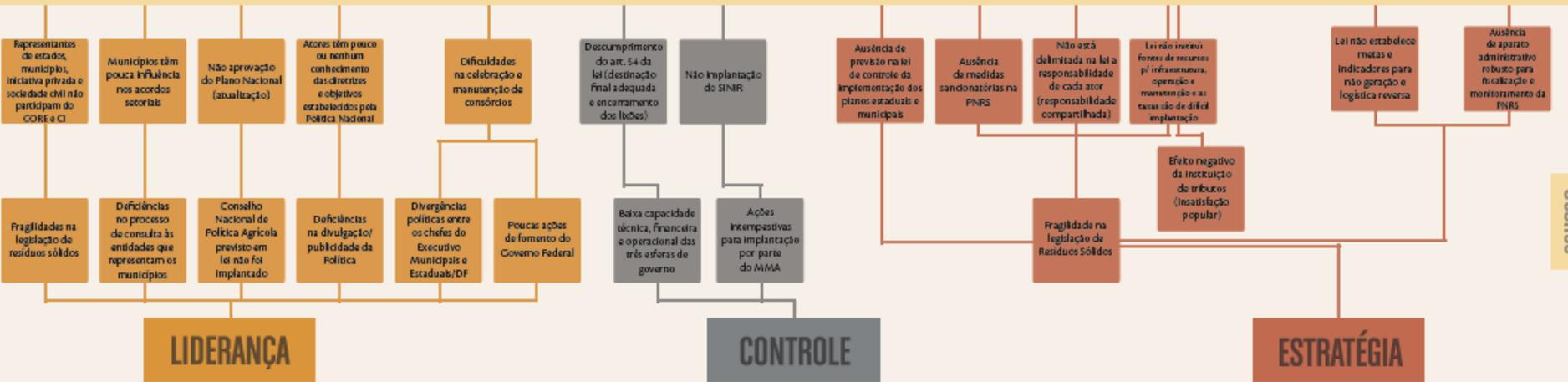


Problemas econômicos, ambientais, sociais e de saúde pública decorrentes da baixa implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, tais como poluição, transmissão de doenças, deficiências na inclusão social de catadores, desperdício de resíduos com potencial de aproveitamento etc.



efeitos

BAIXA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS



causas





Exemplo da Árvore de Problemas

